

XIIª Edição

**Curso de Alta Formação
em Justiça Constitucional e
Tutela Jurisdicional dos Direitos**
Alessandro Pizzorusso

**Curso presencial
16 janeiro - 4 fevereiro 2023**



UNIVERSITÀ DI PISA

XIIª Edição

Curso de Alta Formação
em Justiça Constitucional e
Tutela Jurisdicional dos Direitos
Alessandro Pizzorusso

Curso presencial
16 janeiro - 4 fevereiro 2023

Apoiadores



forum di
QUADERNI COSTITUZIONALI

CONSULTA ONLINE



*La Asociación Mundial de Justicia
Constitucional*

XIIª Edição

**Curso de Alta Formação em Justiça
Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos**
Alessandro Pizzorusso

Curso presencial
16 janeiro - 4 fevereiro 2023

1. Apresentação

O Curso de Alta Formação em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos "Alessandro Pizzorusso" é um projeto permanente, credenciado junto ao Estado Italiano, promovido pela Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Pisa, tendo como Coordenador científico o Professor Catedrático da Universidade de Pisa Roberto Romboli e como vice-Coordenadores os Professores Associados da Universidade de Pisa Gialuca Famiglietti e Giuseppe Campanelli.

2. Local e data

A próxima edição do Curso será realizada na cidade de Pisa – Toscana – Itália, do dia 16 de janeiro ao dia 4 de fevereiro de 2023, ministrado sempre de segunda a sexta-feira, com duração de duas semanas (modalidade para obtenção do Certificado de Aperfeiçoamento) ou de três semanas (modalidade para obtenção do Diploma de Especialização). Para obter o Diploma de Especialização, o cursista receberá cerca de seis meses para a preparação e entrega da tese monográfica, a qual será supervisionada por um dos professores do Curso.

3. Método de aprendizagem

As sessões do Curso serão conduzidas pelos docentes por meio de diferentes fórmulas: conferências, opiniões comparativas, mesas redondas, entrevistas, discussão de jurisprudência etc. O Curso também facultará a participação em Seminário prático, que seguirá a fórmula de aula invertida, isto é, com os alunos apresentando seus trabalhos científicos aos demais alunos e aos professores.

4. Requisitos de Ingresso

Para ingressar no curso, o interessado deverá preencher formulário, demonstrando: sua qualificação científica, acadêmica na área do direito ou área que guarde pertinência com o Curso; sua qualificação profissional, isto é, se exerce a atividade de magistrado ou outra atividade jurídica ou se exerce a função de docente; que foi admitido dentro do número de vagas disponíveis pela Comissão Científica.

5. Frequência

A frequência mínima será de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária dos componentes curriculares ministrados.

**Curso de Alta Formação em Justiça
Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos**
Alessandro Pizzorusso

Curso presencial
16 janeiro - 4 fevereiro 2023

6. Ementa

1. Constituição, democracia e globalização; 2. Modelos de justiça constitucional; 3. Justiça constitucional comparada: dos modelos aos sistemas; 4. Garantias constitucionais, composição dos Tribunais e acesso à justiça constitucional 5. O recurso direto; 6. O controle de constitucionalidade das leis: a via incidental como instrumento para a proteção dos direitos fundamentais. Uma comparação entre Itália, França e Espanha; 7. Política, democracia e poder de decisão: justiça constitucional e constitucionalismo 8. Juiz constitucional, juízes comuns e forma de governo; 9. Mesa redonda sobre questões de justiça constitucional: uma comparação com juízes constitucionais; 10. A proteção supranacional dos direitos na Europa. A União Europeia e o Tribunal de Luxemburgo; 11. A proteção supranacional dos direitos na Europa. A Convenção Europeia sobre Direitos Humanos e o Tribunal de Estrasburgo; 12. A proteção dos direitos na experiência da Corte Interamericana; 13. A proteção dos direitos fundamentais na jurisdição ordinária; 14. Os novos direitos entre as constituições nacionais e as cartas supranacionais; 15. A função arbitral do juiz constitucional; 16. A motivação dos julgamentos, o uso da jurisprudência estrangeira, a opinião dissidente; 17. A função interpretativa do juiz constitucional e do juiz ordinário; 18. Seminário interno; 19. Casos práticos: análise e discussão.

7. Objetivos

Os objetivos do Curso são (i) contribuir para a difusão da cultura dos direitos fundamentais, o respeito pela dignidade humana e a luta contra todos os tipos de discriminação; (ii) capacitar magistrados, professores e pesquisadores europeus e latino-americanos na interpretação e aplicação da Constituição e dos Tratados e Convenções internacionais de direito público, com base no ensino sobre o papel dos diferentes sistemas de justiça constitucional no mundo.

8. Corpo Docente

Luis Aguiar de Luque, Catedrático de Direito Constitucional, Universidade Carlos III de Madri, ex-membro do Consejo General del Poder Judicial.

Victor Bazán, Catedrático de Direito Constitucional, Universidade Católica de Cuyo-San Juan da Argentina.

Umberto Breccia, Professor Titular de Direito Privado, Universidade de Pisa.

Giuseppe Campanelli, Professor Associado de Direito Constitucional, Universidade de Pisa.

Michele Carducci, Professor Titular de Direito Público Comparado, Universidade de Salento.

Paolo Caretti, Professor Titular de Direito Constitucional, Universidade de Florença.

† **Paolo Carrozza**, Professor Titular de Direito Constitucional, Scuola Superiore S. Anna, Pisa.

**Curso de Alta Formação em Justiça
Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos**
Alessandro Pizzorusso

Curso presencial
16 janeiro - 4 fevereiro 2023

Ana Carmona Contreras, Catedrática de Direito Constitucional, Universidade de Sevilha.

Marc Carrillo, Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona.

Pasquale Costanzo, Professor Titular de Direito Constitucional, Universidade de Gênova.

Francesco Dal Canto, Professor Titular de Direito Constitucional, Universidade de Pisa.

Luiz Alberto David de Araujo, Catedrático de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Ugo De Siervo, Professor de Direito Constitucional, Universidade de Florença, Presidente Emérito do Tribunal Constitucional Italiano.

Francisco Javier Diaz Revorio, Presidente de Direito Constitucional, Universidade de Castilla-La Mancha.

Eloy Espinosa- Saldaña Barrera, Professora de Direito Constitucional, Pontifícia Universidade Católica do Peru, Juiz do Tribunal Constitucional do Peru.

Gianluca Famiglietti, Professor Associado de Direito Constitucional, Universidade de Pisa.

Eduardo Ferrer Mac-Gregor, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Luigi Ferrajoli, Professor Titular de Teoria Geral do Direito, Universidade de Roma 3.

Silvio Gambino, Professor Titular de Direito Público Comparado, Universidade da Calábria.

Francisco Javier Garcia Roca, Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Complutense de Madri.

Itziar Gomez Fernandez, Professor Titular, Universidade Carlos III de Madri, Letrada no Tribunal Constitucional da Espanha.

Tania Groppi, Professora Titular de Instituições de Direito Público, Universidade de Siena

Marcelo Labanca Correa de Araujo, Catedrático de Direito Constitucional, Universidade Católica de Pernambuco.

Gorky Gonzales Mantilla, Catedrático de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica do Peru.

Luis Lopez Guerra, Professor de Direito Constitucional, Universidade Carlos III de Madri. Juiz Emérito do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

Massimo Luciani, Professor Titular de Instituições de Direito Público, Universidade La Sapienza de Roma.

Javier Jimenez Campo, Professor de Direito Constitucional, Secretário Geral do Tribunal Constitucional Espanhol.

Elena Malfatti, Professora de Direito Constitucional, Universidade de Pisa.

Augusto Martin De La Vega, Professor Titular, Universidade de Salamanca.

Luca Mezzetti, Professor Titular de Direito Constitucional, Universidade de Bolonha.

Emanuela Navarretta, Professora de Direito Privado, Universidade de Pisa, Juíza Constitucional

Valerio Onida, Professor de Direito Constitucional, Universidade de Milão, Presidente Emérito do Tribunal Constitucional Italiano.

Saulle Panizza, Professor Titular de Direito Constitucional, Universidade de Pisa.

Lucio Pegoraro, Professor Titular de Direito Público Comparado, Universidade de Bolonha.

Pablo Perez Tremps, Professor de Direito Constitucional, Universidade Carlos III de Madri, ex-juiz do Tribunal Constitucional Espanhol.

**Curso de Alta Formação em Justiça
Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos**
Alessandro Pizzorusso

Curso presencial
16 janeiro - 4 fevereiro 2023

Paolo Passaglia, Professor Titular de Direito Público Comparado, Universidade de Pisa.
Ascensão Elvira Perales, Catedrático de Direito Constitucional, Universidade Carlos III de Madri.
Javier Perez Royo, Catedrático de Direito Constitucional da Universidade de Sevilha.
Andrea Pertici, Professor Titular de Direito Constitucional, Universidade de Pisa.
Nicola Pignatelli, Professor Associado de Instituições de Direito Público, Universidade de Bari.
Dianora Poletti, Professora de Direito Privado, Universidade de Pisa.
Guido Raimondi, Presidente de Seção da Corte de Cassação, Presidente Emérito da Corte Européia de Direitos Humanos.
Miguel Revenga Sanchez, Catedrático de Direito Constitucional, Universidade de Cádiz.
Fernando Rey, Catedrático de Direito Constitucional, Universidade de Valladolid.
Eugenio Ripepe, Professor Titular de Filosofia do Direito, Universidade de Pisa.
Blanca Rodriguez Ruiz, Professora Titular de Direito Constitucional, Universidade de Sevilha.
Roberto Romboli, Professor Titular de Direito Constitucional, Universidade de Pisa.
Silvia Romboli, Professora de Direito Constitucional, Ramon Llull Esade Universidade de Barcelona.
Emanuele Rossi, Professor de Direito Constitucional, Scuola Superiore S. Anna de Pisa.
Antonio Ruggeri, Professor Titular de Direito Constitucional, Universidade de Messina.
Gerardo Ruiz Rico Ruiz, Catedrático de Direito Constitucional da Universidade de Jaén.
Marco Ruotolo, Professor Titular de Direito Constitucional, Universidade de Roma 3.
Nestor Pedro Sagües, Catedrático de Direito Constitucional, Universidade de Buenos Aires.
José Alejandro Saiz Arnaiz, Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona.
Gaetano Silvestri, Presidente Emérito do Tribunal Constitucional, Presidente da Associação Italiana de Constitucionalistas.
Eduardo Velandia Canosa, Presidente da Associação Mundial de Justiça Constitucional
Gustavo Zagrebelsky, Professor Emérito, Suor Orsola Benincasa Universidade de Nápoles, Presidente Emérito do Tribunal Constitucional Italiano.

9. Justificativa da pertinência temática

O Curso de Alta Formação em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional de Direitos "Alessandro Pizzorusso" é um projeto permanente da Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Pisa, que acontece a cada inverno, nos meses de janeiro e fevereiro, desde 2011. O Curso tem como Coordenador-geral o Professor Catedrático da Universidade de Pisa Roberto Romboli e como vice-Coordenadores os Professores Associados da Universidade de Pisa Gianluca Famiglietti e Giuseppe Campanelli. Os seus principais objetivos são (i) contribuir para a difusão da cultura dos direitos fundamentais, o respeito pela dignidade humana e a luta contra todos os tipos de discriminação; (ii) capacitar magistrados, professores e pesquisadores europeus e latino-americanos na interpretação e aplicação da Constituição e dos Tratados e Convenções internacionais de direito público, com base no ensino sobre o

XIIª Edição

**Curso de Alta Formação em Justiça
Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos**
Alessandro Pizzorusso

**Curso presencial
16 janeiro - 4 fevereiro 2023**

papel dos diferentes sistemas de justiça constitucional no mundo.

Nos últimos anos, mais de 1.000 estudantes de 19 países diferentes já estiveram em Pisa para participar do Curso (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Espanha, Suíça, Uruguai, Venezuela).

O curso é dividido em quatro partes. A primeira parte compreende uma fase teórico-científica em que os professores discutem com os participantes do curso tópicos das áreas de teoria constitucional, comparação constitucional, organização, função e acesso aos tribunais supremos ou constitucionais, conselhos constitucionais, bem como a interação dos juízes constitucionais com instituições como juízes supranacionais, juízes ordinários e legisladores na realização dos direitos fundamentais.

A segunda parte é dedicada ao estudo de casos práticos. Nesse sentido, os professores abordam as questões mais atuais e controversas do direito constitucional e do processo constitucional e propõem novas fronteiras e possíveis soluções no âmbito da jurisdição constitucional. Como temas a serem tratados, vale mencionar: o direito ao uso de símbolos religiosos; homossexualidade e casamento entre pessoas do mesmo sexo; procriação medicamente assistida; direitos da mulher e de gênero; Interrupção voluntária da gravidez; os direitos das pessoas com deficiência; o direito à privacidade; atos de disposição do próprio corpo e consentimento informado; eutanásia; proteção dos direitos na Internet; direitos eleitorais; liberdade de expressão do pensamento; a prioridade do interesse da criança como um valor constitucional; direitos fundamentais nas relações entre indivíduos privados; direito à informação, acesso à informação e proteção da privacidade; direitos dos presos; direitos fundamentais vs. a necessidade de proteger o interesse público; o direito à verdade, à memória e à reparação. A frequência e participação na primeira e segunda parte do curso dá ao estudante o direito de obter o Certificado de Aperfeiçoamento em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional dos direitos, emitido pela Universidade de Pisa.

A terceira parte é reservada para o seminário interno, uma fase em que a Coordenação Científica utiliza a técnica da sala de aula invertida para fomentar uma mais rica participação dos cursistas. Nesse sentido, o seminário interno segue uma forma de aprendizagem combinada, na qual cada aluno é o primeiro elemento de seu processo de aprendizagem: o cursista apresenta um trabalho científico para depois ser questionado por outros participantes e receber feedback do professor responsável pelo painel. A inscrição como expositor no seminário é voluntária e permite a exibição de um tópico teórico-científico ou de um estudo de caso. Uma vez concluída a atividade, o cursista pode solicitar à Secretaria do Curso uma declaração de que apresentou trabalho em evento internacional. Além disso, o cursista

**Curso de Alta Formação em Justiça
Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos**
Alessandro Pizzorusso

Curso presencial
16 janeiro - 4 fevereiro 2023

poderá publicar o artigo científico relativo à exposição em livro publicado pela Pisa University Press. Tanto a exposição quanto o artigo científico podem ser realizados em língua italiana, espanhola ou portuguesa.

Uma quarta e última parte é reservada à elaboração de uma monografia escrita sobre um dos temas tratados no Curso. A entrega de tal monografia é voluntária. Caso deseje realizar essa fase do curso, ao estudante será designado um orientador, que poderá ser escolhido dentre os professores do Curso. Uma vez apresentada a monografia e aprovada pelo Comitê Científico, o estudante receberá o título de pós-graduação lato sensu (especialização) em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional dos direitos pela Universidade de Pisa. A monografia poderá ser escrita em língua italiana, espanhola ou portuguesa.

Tradicionalmente, o Curso é realizado em presença, embora suas edições de 2021 e 2022 tenham ocorrido em modalidade virtual em razão da pandemia da Covid-19. A partir da edição de janeiro de 2023, o Curso voltará a ser realizado em presença e 10 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 2022 e, para além da modalidade à distância, será um regresso à organização tradicional: a frequência em presença no Curso concederá o Certificado de Aperfeiçoamento, enquanto eventual apresentação da monografia nos termos estipulados pela Comissão Científica possibilitará a obtenção do Diploma de Especialização.

As sessões têm lugar em uma das sedes da Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Pisa e acontecem, normalmente, nos turnos matutino e vespertino, de segunda a sexta-feira.

As sessões conduzidas pelos docentes seguem diferentes fórmulas: conferências, opiniões comparativas, mesas redondas, entrevistas, discussão de jurisprudência etc.

Cada sessão começa com um discurso introdutório sobre o tema central da respectiva sessão. O discurso é preparado e proferido por um professor, magistrado ou pesquisador. Em seguida, os oradores principais da sessão recebem cada um tempo suficiente para refletir sobre o tema. Finalmente, os participantes do curso têm tempo disponível para fazer perguntas diretamente aos palestrantes. Essas perguntas podem ser formuladas em italiano, espanhol ou português.

O cronograma definitivo do Curso será publicado no site <http://corsoaltaformazionepisa.it> até meados de novembro do ano imediatamente anterior.

As aulas são realizadas em grande parte em espanhol e, em alguns casos, em italiano.

**Curso de Alta Formação em Justiça
Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos**
Alessandro Pizzorusso

Curso presencial
16 janeiro - 4 fevereiro 2023

10. Valor do investimento para participar do curso

Para a edição de 2023 do Curso de Alta Formação em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos da Universidade de Pisa, a taxa de matrícula varia de acordo com as duas modalidades de curso oferecidas. Primeiro, há o curso de duas semanas, cuja frequência e participação habilita o estudante a obter o Certificado de Aperfeiçoamento. Em segundo lugar, há a modalidade de três semanas, que, além do Certificado de Aperfeiçoamento, permite a obtenção do Diploma de Especialização, desde que seja apresentada uma monografia, que deve ser aprovada pelo Comitê Científico. A taxa de matrícula para o curso de duas semanas é de 800 euros por participante. A taxa de inscrição por três semanas é de 1.100 euros. Não são fornecidas bolsas de estudo, mas há opções de desconto.

Em primeiro lugar, há um desconto de acordo com o tempo do pagamento (desconto cronológico). Nesse sentido, os futuros alunos que pagarem até 30 de setembro de 2022 receberão um desconto de 10%, ou seja, pagarão 720 euros pelo curso de duas semanas e 990 euros pelo curso de três semanas. Em segundo lugar, há um desconto dependendo da composição de grupos de participantes (desconto por grupo). Nesse sentido, grupos de 5 pessoas ou mais receberão desconto de 10% sobre o valor individual; grupos de 10 pessoas ou mais, desconto de 20%; grupos de 15 pessoas ou mais, desconto de 25%; grupos de 20 pessoas ou mais, desconto de 30%; grupos de 25 pessoas ou mais, desconto de 40%; grupos de 30 pessoas ou mais, desconto de 50%. Os descontos de natureza cronológica e de grupo não são cumulativos.

O prazo para a apresentação de todos os pedidos, independentemente da obtenção de descontos, é 15 de dezembro de 2022. O número de participantes do curso é limitado, a fim de preservar o padrão de qualidade já reconhecido internacionalmente. O programa do curso, os métodos de inscrição e o pagamento da taxa de inscrição serão comunicados através do site: <http://corsoaltaformazionepisa.it>.

11. Programa Científico

(Os tópicos das lições são indicativos para o momento e podem estar sujeitos a algumas variações)

Primeira semana:

1. Recepção de estudantes e informações. Inauguração e palestra introdutória.
2. Os modelos de justiça constitucional.
3. Justiça Constitucional Comparativa: dos modelos aos sistemas.
4. Garantias constitucionais, composição dos Tribunais e acesso à justiça constitucional.
5. Soluções diretas.

XIIª Edição

Curso de Alta Formação em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos *Alessandro Pizzorusso*

**Curso presencial
16 janeiro - 4 fevereiro 2023**

6. O controle das leis: o caminho incidental como instrumento para a proteção dos direitos fundamentais. Uma comparação entre Itália, França e Espanha.
7. Política, democracia e tomada de decisões: Justiça Constitucional e Constitucionalismo.
8. Juiz constitucional, juiz comum e forma de governo.
9. Mesa redonda: "Justiça constitucional vista internamente: composição, funcionamento, órgãos internos".
10. Conferência.

Segunda semana:

11. Proteção supranacional dos direitos na Europa. A União Europeia e o Tribunal de Luxemburgo.
12. A proteção supranacional dos direitos na Europa. A Convenção Europeia de Direitos Humanos e o Tribunal de Estrasburgo.
13. A proteção dos direitos na experiência da Corte Interamericana.
14. A proteção dos direitos fundamentais na jurisdição ordinária.
15. Os novos direitos entre as constituições nacionais e as cartas supranacionais.
16. A função arbitral do juiz constitucional: a resolução de disputas.
17. A motivação dos julgamentos, o uso de jurisprudência estrangeira, a opinião dissidente.
18. A função interpretativa do juiz constitucional e do juiz ordinário.
19. Democracia interna dos partidos: o direito de registro e de estar em contraste com a linha política do partido.
20. Seminário interno a cargo dos cursistas.
21. Seminário interno a cargo dos cursistas.
22. Conferência.

Terceira semana*:

23. Estudo de caso: análise e discussão.
24. Estudo de caso: análise e discussão.
25. Estudo de caso: análise e discussão.
26. Estudo de caso: análise e discussão.
27. Estudo de caso: análise e discussão.
28. Estudo de caso: análise e discussão.
29. Estudo de caso: análise e discussão.
30. Estudo de caso: análise e discussão.
31. Estudo de caso: análise e discussão.
32. Conferência.
33. Seminário de encerramento.
34. Entrega de diplomas.

XIIª Edição

**Curso de Alta Formação em Justiça
Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos**
Alessandro Pizzorusso

Curso presencial
16 janeiro - 4 fevereiro 2023

*** Casos práticos que podem ser tratados**

- Símbolos religiosos;
- Homossexualidade e casamento entre pessoas do mesmo sexo;
- Procriação medicamente assistida;
- Os direitos da mulher;
- Interrupção voluntária da gravidez;
- Os direitos das pessoas com deficiência;
- O direito à privacidade;
- Atos de disposição do próprio corpo e consentimento informado;
- Eutanásia / testamento vital;
- Objeção de consciência;
- Proteção dos direitos na Internet;
- Direitos Eleitorais;
- Liberdade de expressão do pensamento;
- O melhor interesse da criança como um valor constitucional;
- Direitos fundamentais nas relações entre particulares;
- Direito à informação, acesso à informação e proteção da privacidade;
- Os direitos dos prisioneiros;
- Direitos fundamentais diante da necessidade de proteger a segurança pública;
- Direito à verdade, à memória e à reparação.

**** Aulas matutinas serão realizadas das 9h às 13h; aulas vespertinas, das 15h às 18hs.**

As aulas serão ministradas, via de regra, em espanhol.

Tela de Telemaco Signorini: Bagno penale a Portoferraio, 1894

XIIª Edição

**Curso de Alta Formação
em Justiça Constitucional e
Tutela Jurisdicional dos Direitos**
Alessandro Pizzorusso

**Curso presencial
16 janeiro - 4 fevereiro 2023**

Mais informações:

www.corsoaltaformazionepisa.it



UNIVERSITÀ DI PISA